

BIBLIOTECONOMIA

BRASILIANAS DO SÉCULO XXI



Digitalização e incorporação de objetos atualizam acervos que reúnem material sobre a cultura e a história do país

Christina Queiroz

Em pesquisa realizada nos últimos 15 anos em um acervo da Universidade do Texas em Austin, nos Estados Unidos, Antonio Dimas, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), descobriu o espólio do editor norte-americano Alfred Knopf (1892-1986), responsável por traduzir e publicar, em inglês, as primeiras obras do baiano Jorge Amado (1912-2001) e do pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987). Análises da correspondência, pareceres e contratos revelam, entre outras coisas, que esses autores foram bem recebidos pelos leitores norte-americanos, especialmente por apresentarem visões alternativas do Brasil, vinculadas às culturas negras de Salvador e do Recife. “Presentes em diversas partes do mundo, acervos como o de Knopf também devem ser considerados brasileiros, apesar de não serem compostos estritamente por livros”, sustenta o pesquisador. Ao propor a ampliação do conceito, inicialmente delimitado pelas coleções de obras dos séculos XVI a XIX sobre o Brasil, a reflexão de Dimas faz parte de um movimento que ganhou força nos últimos cinco anos e foi tema de evento organizado pela Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM-USP), no último mês de fevereiro.

O termo brasileira é um neologismo e, segundo a historiadora Marisa Midori, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), tem sua origem relacionada à bibliofilia, mais particularmente, aos colecionadores interessados pelo Brasil, a exemplo do que acontece com viajantes e intelectuais que estudam o Oriente e são conhecidos como orientistas. A partir do século XVI, especialmente na Europa, começaram a ser formados acervos de livros e documentos sobre as colônias de Portugal e Espanha no chamado Novo Mundo. “As primeiras coleções desse tipo foram denominadas ‘americanas’ e a produção sobre o Brasil passou a ser considerada uma de suas seções”, diz. De acordo com Midori, desde que o Brasil começou a se estruturar como Estado-nação, ou seja, depois de conquistar a Independência, em 1822, governantes e instituições trataram de identificar e organizar esse *corpus* bibliográfico. Um marco desse esforço foi a exposição organizada pelo médico e filólogo Ramiz Galvão (1846-1938), então diretor da Biblioteca Nacional, em 1881. “O catálogo da mostra, com um inventário geral de fontes, livros e documentos do país, incluindo mais de mil entradas, marcou o início da tradição bibliográfica brasileira. Mas, apesar da preocupação em reunir e mapear acervos sobre o Brasil, nessa época o termo brasileira ainda não era utilizado”, detalha.

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da USP, deve incorporar produção indígena e a literatura das periferias

Abaixo, editor norte-americano Alfred Knopf e sua mulher, Blanche, que atuaram como fiadores informais de autores brasileiros no mundo anglófono



Acima, Constituição do Império do Brasil, um dos documentos expostos em mostra organizada na Biblioteca Nacional, em 1881

Diferentemente do Brasil, a biblióloga Marina Garone Gravier, da Biblioteca Nacional do México (BNM) e da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), explica que, em seu país, a ideia de uma “bibliografia mexicana” abarca todo material impresso ou publicado sobre o México, incluindo a produção indígena, livros e documentos do século XX. Ela enfatiza, ainda, que não existe o termo “mexicana”, nesse sentido, que seria o equivalente ao conceito de brasileira. “Muitos dos nossos impressos do período colonial foram escritos em língua indígena”, afirma, ao mencionar que data de 1554 o documento mais antigo armazenado pela BNM. Na sua avaliação, o conceito de brasileira se relaciona com as formas de colecionismo bibliográfico do século XIX nos Estados Unidos, país que organizou seus fundos utilizando essa nomenclatura. Por trás da concordância com a atualização do conceito de brasileira está a ideia de que ele precisa “refletir as mudanças internas de um país e acompanhar os campos de estudos, que estão sempre em movimento”.

A BN mexicana é custodiada pela Unam, que conta com diferentes redes de pesquisadores investigando e difundindo seu acervo, por meio do Instituto de Investigações Bibliográficas, que existe há mais de 50 anos. “Com livros e documentos de toda a América Latina, publicados desde o século XVI, a BN do México também reúne documentos do depósito legal nacional”, conta Garone Gravier, que leciona na própria BN para alunos de pós-graduação de diferentes cursos da Unam, entre eles os de história, linguística, literatura e artes.

Já em relação às brasileiras, apesar de as coleções terem sido formadas a partir do século XVI, a formulação do conceito ganhou corpo na década de 1930, em razão da movimentação do mercado editorial. A historiadora Eliana Regina de Freitas Dutra, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), analisa a coleção homônima, publicada pela Companhia Editora Nacional a partir de 1931. A proposta editorial foi desenvolvida pelo sociólogo Fernando Azevedo (1894-1974). No decorrer de sua existência, foram editados 415 títulos de autores brasileiros e estrangeiros. “A Coleção Brasileira editava títulos raros, como os cronistas e viajantes do período colonial, reeditava obras esgotadas e fazia novas publicações sobre história, formação social brasileira, educação, geografia, etnologia e outros campos do conhecimento, tendo sido responsável por inaugurar a prática do colecionismo editorial no Brasil”, diz. Todo acervo dessa coleção foi digitalizado pelo projeto Brasileira Eletrônica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com coordenação do historiador e engenheiro Israel Beloch. Além da Companhia Editora Nacional, a Difusão Europeia do Livro (Difel), a José Olympio, a Civilização Brasileira e a Livraria Martins Editora foram outras que lançaram coleções brasileiras, a partir da década de 1930.

Também pesquisador desses projetos editoriais, o historiador Fábio Franzini, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), conta que a Coleção Documentos Brasileiros, da José Olympio, editou obras que se tornaram clássicos da historiografia e do pensamento social do país, entre elas *Raízes do Brasil*, do historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), que inaugurou a coleção, em 1936, e *Casa-grande & senzala*, escrito por Freyre em 1933 e incorporado à série em 1943. Em estudo realizado no acervo da BBM-USP entre 2019

e 2020, ele analisou prefácios de três edições argentinas, duas francesas, uma norte-americana, uma portuguesa, uma alemã, uma venezuelana e uma polonesa de *Casa-grande*. O objetivo: compreender por que um livro dedicado ao processo de formação social do Brasil foi editado em tantos outros países, incluindo Argentina e Estados Unidos, na década de 1940, e França, na década de 1950. “Nos prefácios que Freyre escreveu para as edições internacionais ele procura mostrar que sua interpretação sobre o Brasil pode ser lida de maneira universal”, afirma, ao justificar o interesse de leitores estrangeiros pela obra.

Foi em 1965, na esteira do processo de criação de coleções brasileiras pelas editoras, que o historiador e bibliófilo Rubem Borba de Moraes (1899-1986), na obra *O bibliófilo aprendiz*, propôs, pela primeira vez, uma definição para o conceito. Segundo sua interpretação, brasileiras abarcam “livros sobre o Brasil impressos desde o século XVI até fins do século XIX, e os livros de autores brasileiros impressos no estrangeiro até 1808”. Uma carta do mercador e explorador Américo Vespúcio (1454-1512), escrita em 1504, é considerada o marco inicial desse recorte. “Além de Moraes, outros intelectuais estabeleceram definições, incluindo o advogado e historiador José Honório Rodrigues [1913-1987], que produziu listagens de livros que considerava fundamentais para compreender o Brasil”, detalha o historiador Carlos Zeron, diretor da BBM-USP até o início deste ano.

Em relação às primeiras coleções formadas por bibliófilos, o historiador Thiago Lima Ni-

codemo, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo, recorda que o naturalista alemão Carl von Martius (1794-1868) foi um dos pioneiros a reunir um acervo desse tipo no século XIX, assim como o historiador e viajante francês Ferdinand Denis (1798-1890). O século XX viu crescer o número de colecionadores interessados em livros sobre o Brasil. Moraes e Yan de Almeida Prado (1898-1991) integram o grupo de pioneiros. Ao morrer, Moraes deixou cerca de 2,3 mil livros para o advogado, empresário e bibliófilo José Mindlin (1914-2010) e sua mulher, Guita (1916-2006). No decorrer de mais de 80 anos, o casal constituiu um acervo com 32 mil títulos e 60 mil volumes de livros e manuscritos sobre o Brasil. Todos foram doados à USP em 2005, quando a BBM foi fundada.

No projeto “Memória digital: Arquivo e documento histórico no mundo contemporâneo”, iniciado há dois anos, Nicodemo trabalha com a ideia de que brasileiras são importantes para reunir conhecimento destinado a embasar a formulação de políticas públicas. “Brasileiras também servem para fomentar projetos de modernização do país, ao permitir melhor conhecimento de sua população e suas fronteiras”, afirma. Segundo ele, desde o século XIX diferentes instituições passaram a investir nesses acervos, preocupadas em estabelecer conexões entre produção de conhecimento e intervenções na realidade. “O conceito tradicional de brasileira envolve livros produzidos por viajantes estrangeiros sobre o Brasil e obras de autores icônicos de nossa historiografia. Hoje defendemos que a produção indígena e a literatura das periferias, por exemplo, sejam incorporadas a essas coleções. Precisamos buscar novas lentes para pensar o Brasil”, sustenta o sociólogo Alexandre Saes, atual diretor da BBM.

A ideia de ampliar o conceito de brasileira proposta por Antonio Dimas, do IEB, envolve abarcar acervos no exterior sobre a cultura brasileira, não necessariamente compostos por livros. Um desses acervos é o da historiadora Simona Binková, da Universidade Carolina, na República Tcheca, com documentos iconográficos da cartografia brasileira produzidos nos séculos XVII e XVIII que evidenciam aspectos da participação de naturalistas tchecos em uma expedição científica realizada no país, em 1817. Nos Estados

Carta de Américo Vespúcio escrita em 1504 é considerada o marco inicial de coleções brasileiras





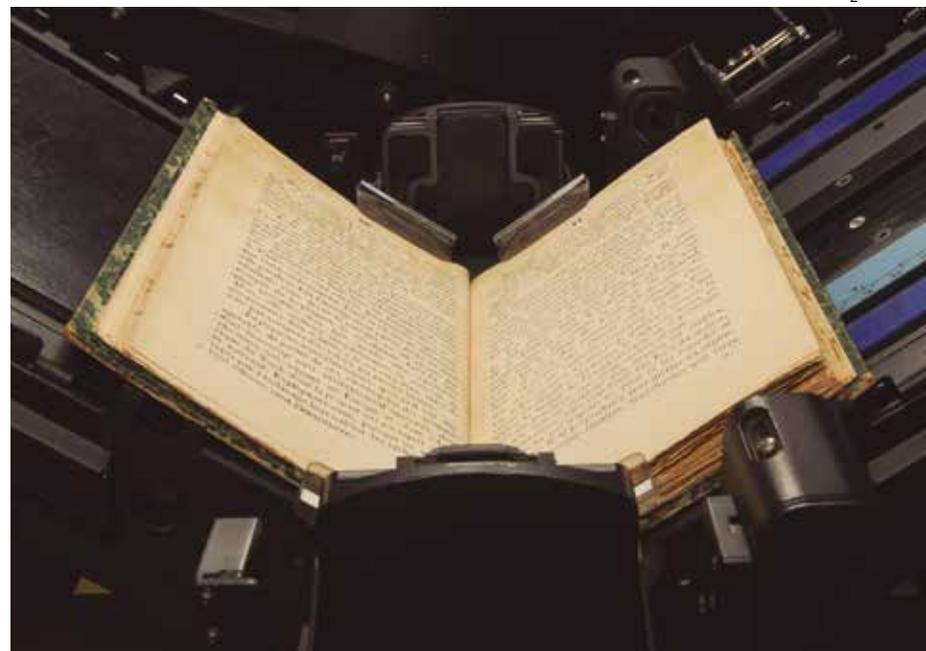
O empresário José Mindlin e sua mulher, Guita, na biblioteca de sua casa

Unidos, estão as coleções do geólogo John Casper Branner (1850-1922), com manuscritos e mapas de estudos do Brasil do final do século XIX, e do historiador Ludwig Lauerhass (1936-2020), que contempla cerca de 4 mil itens sobre a história, a antropologia e a sociologia brasileiras do século passado. De acordo com Dimas, assim como o acervo de Knopf, essas e outras coleções ainda são pouco conhecidas e podem servir de base para novas descobertas científicas. “Por exemplo, ao trabalhar com o espólio do editor norte-americano, identifiquei que Freyre e Amado atuaram como divulgadores da cultura de nosso país nos Estados Unidos, enquanto Knopf foi uma espécie de fiador informal de autores brasileiros no mundo anglófono”, diz.

Em relação à ideia de incorporar, em coleções brasileiras, itens para além de livros e do recorte temporal proposto por Moraes, Ana Virginia Pinheiro, da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, apresenta ressalvas. “Uma ampliação sem critérios pode descaracterizar essas coleções”, defende Pinheiro, que foi bibliotecária de livros raros na Fundação Biblioteca Nacional (FBN) entre 1982 e 2020. A ampliação do conceito por ela proposta inclui adicionar livros que circularam nas antigas colônias durante o domínio português como, por exemplo, obras que eram utilizadas pelos jesuítas na instrução de alunos, ou livros sobre moedas e selos portugueses. “Há uma importante literatura, por exemplo sobre educação e economia, que, apesar de não ter sido escrita por brasileiros e tampouco tratar do Brasil, foi fundamental para sua constituição como nação”, argumenta. Tendo como uma de suas origens a Biblioteca Real Portuguesa, a FBN conta com coleções desse tipo que ainda não foram pesquisadas. “No Brasil, o interesse pelo livro antigo

como objeto de estudos é recente, começou no final dos anos 1970”, afirma Pinheiro, ao defender o estabelecimento de parcerias com universidades para fomentar trabalhos em acervos pouco conhecidos. Foi justamente por meio de um esforço para identificar documentos e livros sem visibilidade que João Marcos Cardoso, curador da BBM-USP, descobriu, em 2015, um tratado feminista publicado em 1868. “Esse documento foi escrito por uma mulher imigrante, no contexto do Brasil imperial e escravocrata, reivindicando o direito das mulheres de participar da política, do mercado de trabalho e da educação”, relata, ao contar que o achado foi objeto de pesquisas de mestrado. Publicada pela editora do tipógrafo Francisco de Paula Brito (1809-1861), responsável por lançar a primeira revista brasileira dirigida ao público feminino, a obra foi escrita por Anna Rosa Termacsics, húngara que veio para o Brasil aos 7 anos de idade e aqui permaneceu até sua morte, em 1886.

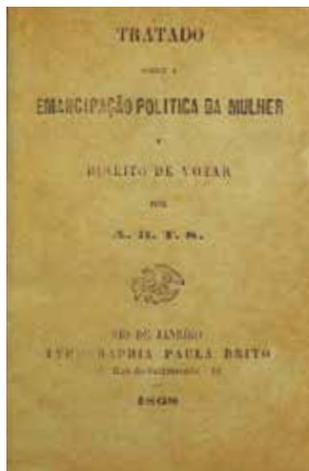
Digitalização de livro do acervo da BBM-USP: trabalho abarca 15% da coleção



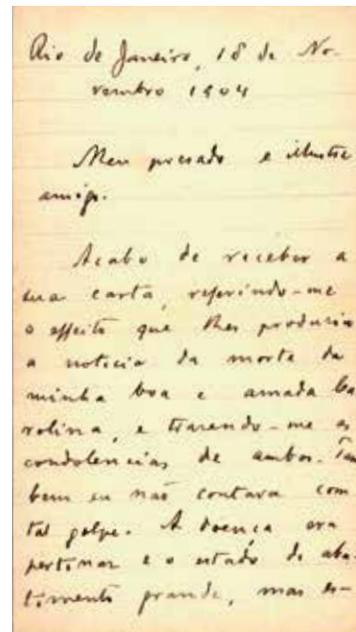
Hoje, 15% do acervo da BBM-USP está digitalizado. “A BBM tem uma reserva técnica para adquirir mais 90 mil livros e está em processo de definição de novas políticas pra balizar a ampliação de seu acervo, a partir de 2023”, conta Saes, diretor da instituição. O processo de digitalização do acervo foi iniciado em 2007, por meio de financiamento da FAPESP. A partir desse projeto, intitulado “Brasílica digital”, foram disponibilizados na internet cerca de 4 mil itens reunidos por Mindlin, incluindo livros, gravuras, mapas, manuscritos e outros documentos. Já na FBN, o processo de digitalização começou em 2001 envolvendo obras raras. Cinco anos depois, a Coleção Brasílica foi incorporada ao projeto.

Considerada uma das maiores brasileiras localizada fora do Brasil, a Biblioteca Oliveira Lima, da Universidade Católica da América, em Washington, nos Estados Unidos, concluiu parte da digitalização de sua coleção, que acaba de ser disponibilizada on-line gratuitamente. Em um esforço que começou há 10 anos, 3,8 mil publicações, cartas e panfletos foram digitalizados, totalizando mais de 1 milhão de páginas. O livro raro mais antigo data de 1507. “Mais do que uma brasileira, a biblioteca Oliveira Lima pode ser caracterizada como uma ibero-americana, na medida em que reúne itens relacionados à expansão portuguesa pelo mundo e a história das Américas, incluindo o trabalho dos jesuítas e a história da escravidão”, relata a astrônoma Duília de Mello, vice-reitora da Universidade Católica da América. Ela ressalta que, por causa dessa característica, o acervo de Manoel de Oliveira Lima (1867-1928), diplomata e historiador brasileiro, difere de outras brasileiras. “Como próximos passos, planejamos digitalizar os milhares de páginas que fazem parte da ampla correspondência que Lima trocou com intelectuais brasileiros, como Machado de Assis [1839-1908]”, conta Mello, ao mencionar carta na qual o escritor brasileiro, entristecido, escreve sobre a morte de sua mulher. Segundo ela, apenas 10% da correspondência foi digitalizada. Outro objetivo, segundo Mello, é buscar financiamento para traduzir o site, atualmente em inglês, para o português (ver Pesquisa FAPESP nº 266).

O acervo da Biblioteca Oliveira Lima é composto, majoritariamente, por livros, documentos e objetos reunidos pelo próprio diplomata durante sua vida. Existem outras brasileiras importantes nos Estados Unidos, como o acervo do Lemann Center para Estudos Brasileiros, na Universidade de Illinois, e o da Biblioteca John Carter Brown. “Acervos e bibliotecas de instituições estrangeiras



Ao lado, tratado feminista de 1868 descoberto na BBM-USP. Abaixo, dois itens do acervo da Biblioteca Oliveira Lima, da Universidade Católica da América, nos Estados Unidos: documento de 1657 da Ordem dos Carmelitas Descalços (à esq.) e carta em que Machado de Assis escreve sobre a morte de sua mulher



podem ter se beneficiado de iniciativas do primeiro governo de Getúlio Vargas (1882-1954). Gustavo Capanema [1900-1985], ministro da Educação de 1934 a 1945, estabeleceu políticas de doações e enviava livros publicados pelas coleções brasileiras das editoras brasileiras e pelo Instituto Nacional do Livro a embaixadas, universidades, associações de artistas e escritores ao redor do mundo”, relata Dutra, da UFMG.

Já as brasileiras europeias, conforme Midori, da USP, apresentam como característica o foco em obras dos séculos XV e XVI. “Instituições e colecionadores da região se interessavam por esses trabalhos não somente pelo que revelavam sobre o Brasil, mas também porque eles evidenciavam o desenvolvimento de técnicas de impressão daquele período”, relata a historiadora, ao mencionar, por exemplo, xilogravuras elaboradas para os relatos de viagens. Em estudo realizado com documentos armazenados no Palácio Nostitz, em Praga, ela identificou diários de navegação com papéis dobrados, semelhantes aos livros *pop-ups* dos dias atuais. “Esses documentos são valiosos porque mostram as técnicas existentes para elaborar os primeiros livros ilustrados do mundo”, finaliza. ■

O projeto e os artigos científicos consultados para esta reportagem estão listados na versão on-line.